



**34.680.592/0001-51**

CAD ICMS: 90825072-96

**BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES EIRELI**

Rua Graça Aranha, nº 875, Brção 01 Sala B  
Vargem Grande – Pinhais – PR  
CEP 83.321-020

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO  
MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA – RIO GRANDE DO NORTE**

**REF: PREGÃO ELETRÔNICO 026-008/2022**

**Brasil Devices Equipamentos Hospitalares  
EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 34.680.592/0001-51, por intermédio de seu representante Sr. José Felipe Belotto Pelozzo, cf. procuração anexa, vem mui respeitosamente, com fulcro no art. 41 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, propor:

## **RECURSO**

em desfavor dos equipamentos ofertados pelas empresas **MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS** pessoa jurídica de direito privado, com cadastro no CNPJ sob n.º 20.371.330/0001-09, **SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS**. pessoa jurídica de direito privado, com cadastro no CNPJ sob n.º 35.662.667/0001-34, **ODONTOMED COMERCIO** pessoa jurídica de direito privado, com cadastro no CNPJ sob n.º 09.478.023/0001-80, todas concorrentes do item 13, , **ODONTOMED COMERCIO** pessoa jurídica de direito privado, com cadastro no CNPJ sob n.º 09.478.023/0001-80, **CMED** pessoa jurídica de direito privado, com cadastro no CNPJ sob n.º 20.444.829/0001-90, **SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS**, inscrita no CNPJ sob nº 35.662.667/0001-34, todas concorrentes do item 14, **ODONTOMED COMERCIO** pessoa jurídica de direito privado, com cadastro no CNPJ sob n.º 09.478.023/0001-80, vencedora dos itens 17 e 39 pelos fatos e fundamentos a seguir expostos



34.680.592/0001-51

CAD ICMS: 90825072-96

BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES EIRELI

Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 01 Sala B

Vargem Grande - Pinhais - PR

CEP 83.321-020

## I - DA TEMPESTIVIDADE

A **Brasil Devices Equipamentos Hospitalares EIRELI**, por intermédio de seu representante Sr. José Felipe Belotto Pelozzo, manifesta de forma **TEMPESTIVA** o presente Recurso Administrativo, referente aos itens 13, 14, 17 e 39, do Pregão Eletrônico 026-008/2022.

10.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contra razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Diante do exposto, manifesta-se que o prazo de apresentação das razões recursais é tempestivo, portanto, pugna-se pelo o recebimento do presente.



34.680.592/0001-51

CAD ICMS: 90825072-96

BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES EIRELI

Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 01 Sala B  
Vargem Grande - Pinhais - PR  
CEP 83.321-020

## II - DOS FATOS

A **Brasil Devices Equipamentos Hospitalares EIRELI**, interpõe o presente Recurso referente aos itens 13, 14, 17 e 38 do Pregão Eletrônico 026-008/2022, contra a Decisão proferida pelo Sr. Pregoeiro, nos termos das razões a seguir aduzidas.

Trata-se de Licitação Pública na modalidade Pregão Eletrônico, para fornecimento de equipamentos e materiais permanentes: "1.1 - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de equipamento e material permanente para Unidades Básica de Saúde: Centro de Saúde Antônio Emídio de Souza e Posto de Saúde Caldeirão, conforme proposta nº 17767.390000/1210-01 - Ministério da Saúde.", tipo menor preço, conforme consta no chamamento público Edital 026-008/2022.

A abertura da disputa de preços do Pregão Eletrônico se deu em 30 de março de 2022, às 09:00. Após, o pregoeiro classificou as licitantes, **MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS, SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS., ODONTOMED COMERCIO, CMED**, por terem ofertado os menores preços.

Quanto da declaração do licitante vencedor, o sistema automaticamente abriu o prazo editalício para manifestação das intenções recursais, prazo esse cumprido pela ora Recorrente, sob as alegações a seguir expostas.





**34.680.592/0001-51**

CAD ICMS: 90825072-96

**BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES EIRELI**

Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 01 Sala B

Vargem Grande – Pinhais – PR

CEP 83.321-020

A empresa **Brasil Devices Equipamentos Hospitalares EIRELI**, em diante denominada Recorrente, vem respeitosamente perante ao Município de Coronel João Pessoa/RN, por seu representante legal, opor-se à Decisão do Sr. Pregoeiro, face à classificação das empresas **MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS, SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS., ODONTOMED COMERCIO, CMED**, no certame 026-008/2022.

As empresas **MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS, SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS., ODONTOMED COMERCIO, CMED**, foram classificadas nos itens 13, 14, 17 e 39 ofertando equipamentos em descordo com a prescrição do edital.

Com base nos fatos narrados, a Recorrente demonstrará técnica e juridicamente que a decisão do Sr. Pregoeiro deverá ser reformada.

### **III - DO DIREITO**

A Recorrente ao avaliar as propostas das Recorridas verificou que os produtos ofertados não estão de acordo com as especificações técnicas mínimas exigidas no edital conforme passaremos a demonstrar.

Preliminarmente, destaca-se o item 13 -  
Estetoscópio:

13	6327 - DETECTOR FETAL - TIPO/TECNOLOGIA/DISPLAY: DE MESA/DIGITAL/POSSUI	UND	1
----	--	-----	---

As empresas **MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS,**  
**SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS.,** **ODONTOMED COMERCIO,**  
ofertaram equipamentos em desconformidade com a prescrição  
editalícia.

A empresa **MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS**  
ofertou detector fetal da marca Contec, modelo Sonosound, o  
detector fetal **CONTEC, modelo** Sonosound ofertado pela empresa,  
não é de mesa e sim de bolso, portátil, senão vejamos<sup>1</sup>:

## Capítulo 2: Introdução

### 2.1 Visão Geral

O Doppler Fetal de Bolso é uma unidade obstétrica portátil, que pode ser usada em hospitais, clínicas e  
domicílios para autoavaliação diária por gestantes.

As empresas **SETEMOL EQUIPAMENTOS**  
**ODONTOMEDICOS.,** **ODONTOMED COMERCIO,** estão ofertando detector  
fetal da marca Medpej, no entanto, os preços ofertados SÃO  
INEXEQUÍVEIS, eis que nem a MEDPEJ CONSEGUE CHEGAR A ESSE

<sup>1</sup> file:///C:/Users/Jos%C3%A9%20Felipe/Downloads/IU80153030105%20(5).PDF

PREÇO, portanto, se as empresas ora mencionadas não forem desclassificadas, estaremos acompanhando junto a prefeitura a entrega dos equipamentos, e caso não sejam entregues estaremos informando as autoridades competentes para que acompanhem o presente processo licitatório.

Adiante, no item 14 - Otoscópio:

14	6328 - OTOSCÓPIO SIMPLES - ILUMINAÇÃO: FIBRA OPTICA / LED. COMPOSIÇÃO: 5 A 10 ESPECULOS REUTILIZÁVEIS.	UND	1
----	--	-----	---

As empresas **MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS**, e **SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS**, ofertaram marca Mikatos, ou seja, não possui condução por fibra óptica, senão vejamos: ofertaram otoscópio Mikatos, senão vejamos<sup>2</sup>:

Início > Compre por Marca > MIKATOS



Compartilhar

## Mini Otoscópio LED - MIKATOS

Código: MIK470-PR Marca: MIKATOS

4.4 (10)

Adicionar aos favoritos



Ops!

Esse produto encontra-se indisponível.  
Deixe seu e-mail que avisaremos quando chegar.

Digite seu nome

Digite seu e-mail

Avise-me quando disponível

<sup>2</sup> <https://www.medsam.com.br/Mini-Otoscopia-Led-Mikatos-1000-Preto>





**34.680.592/0001-51**

CAD ICMS: 90825072-96

**BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES EIRELI**

Rua Graça Aranha, nº 875, Brção 01 Sala B  
Vargem Grande – Pinhais – PR  
CEP 83.321-020

O **mini otoscópio** Led da Mikatos é um equipamento portátil específico para examinar as partes internas do ouvido, tendo como componentes principais: espêculos com diversos tamanhos para adaptar ao ouvido de cada paciente, lâmpada tipo baioneta (encaixe) para iluminar através de feixe de luz concentrado e uma lente com aumento de 2,5 vezes para uma análise com excelente nitidez. O **espêculo** é introduzido no ouvido do paciente, possibilitando ao profissional a amplitude e iluminação suficientes para um diagnóstico detalhado e preciso.

#### DADOS TÉCNICOS

Marca: MIKATOS

Composição: Plástico e Alumínio

Garantia: 1 Ano

Registro ANVISA/M.S. : 80218930006

lente de aumento de 2,5x

Lâmpada de 2,5v/500mA - Tipo Baioneta (halógena)

Estojo macio para acondicionamento e transporte

Cabo com botão liga/desliga

Presilha em aço inoxidável

Iluminação branca com excelente nitidez

Funcionamento: 2 pilhas pequenas alcalinas(não incluídas)

#### DIMENSÕES E PESOS APROXIMADOS

##### - Produto

Dimensões: 3 x 16cm

Peso: 157g

#### ITENS INCLUSOS

01 Mini Otoscópio

01 Manual

02 espêculos pretos reutilizáveis nº 1 - 2,5mm

02 espêculos pretos reutilizáveis nº 2 - 4,0mm

05 espêculos cinzas descartáveis nº 1 - 2,5mm

05 espêculos cinzas descartáveis nº 2 - 4,0mm

01 lâmpada 2,5Volts

01 Bolsa de acondicionamento

#### Higiene e Conservação

Após a utilização deste produto, recomenda-se a limpeza dos espêculos com um líquido anti-séptico ou desinfetante neutro

Adiante, no item 14 a empresa CMED, ofertou otoscópio sem ANVISA, a empresa apresentou ANVISA de outra marca PRESS CONTROL e não a marca TARSE, além de não possuir condução por fibra óptica, senão vejamos:



34.680.592/0001-51

CAD ICMS: 90825072-96

BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES EIRELI

Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 01 Sala B  
Vargem Grande - Pinhais - PR  
CEP 83.321-020

29/03/2022 10:46

Consultas - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Consultas / Produtos para Saúde / Produtos para Saúde

#### Detalhes do Produto

Nome da Empresa	PRESS CONTROL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME		
CNPJ	00.278.154/0001-40	Autorização	8.00.479-2
Produto	OTOSCÓPIO		

#### Modelo Produto Médico

MINI OTOSCÓPIO HEIDJI COLORIDOS

Tipo de Arquivo	Arquivos	Expediente, data e hora de inclusão
Nenhum Arquivo Encontrado(a)		

Nome Técnico	Otoscopio
Registro	80047929006
Processo	25351.347174/2010-64
Fabricante Legal	<ul style="list-style-type: none"><li>FABRICANTE: PRESS CONTROL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME - BRASIL</li></ul>
Classificação de Risco	I - BAIXO RISCO
Vencimento do Registro	VIGENTE

Exportar para Excel

Exportar para PDF

Voltar

Diante disso, merecer ser desclassificada  
por não ofertar equipamento com a documentação mínima



necessária para garantir a administração pública de que está ofertando equipamento adequado e garantido pelos órgãos fiscalizadores.

Dispõe o item 17 - Estetoscópio:

<u>17</u>	<u>6331 - ESTETOSCÓPIO ADULTO - MATERIAL DE CONFEÇÃO DO AUSCULTADOR/ TIPO: AÇO INOXIDÁVEL/ DUPLO.</u>	<u>UND</u>	<u>1</u>
-----------	---	------------	----------

Dispõe o item 39 - Estetoscópio:

<u>39</u>	<u>3998 - ESTETOSCÓPIO INFANTIL AUSCULTADOR: AÇO INOXIDÁVEL / TIPO: DUPLO</u>	<u>UND</u>	<u>1</u>
-----------	---	------------	----------

Adiante a empresa **ODONTOMED COMÉRCIO**, ofertou estetoscópio da marca Premium, para os itens 17 e 39 com a membrana simples, sendo em AÇO CROMADO e não AÇO INOX:

Q





**34.680.592/0001-51**  
CAD ICMS: 90825072-96  
**BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES EIRELI**  
Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 01 Sala B  
Vargem Grande - Pinhais - PR  
CEP 83.321-020

Importante destacar, que se a justiça não for feita no presente caso, desestimula as empresas cotarem equipamentos de acordo com os parâmetros, a fim de concorrer nos certames com preços mais baixos e consequentemente com menor qualidade. A administração pública deve agir dentro dos parâmetros editalícios, ou alterar suas exigências.

Diante dos fatos, cabe salientar as concorrentes, ofertaram equipamentos infinitamente inferiores ao aço inox, oferecendo ao médico menor garantia do retorno do som, tendo em vista que a propagação do som é menor quando o material que compõe o equipamento é de aço cromado, desatendendo, portanto, a especificação solicitada em edital.

O Estetoscópio é indicado para a ausculta não invasiva dos ruídos e sons produzidos pelo sistema cardiorrespiratórios e órgãos internos ao organismo. Os sons são obtidos através do contato do auscultador com a região de interesse. Os sons captados pelos receptores são conduzidos pelo tubo e hastes até as olivas e o conduto auditivo.

Assim resta comprovado que o material ofertado pelas recorridas nos itens 17 e 39 estão em desconformidade com o edital, vez que ofertou produto com material inferior do exigido pelo edital, tendo em vista o valor sugerido pelo arrematante.



34.680.592/0001-51

ÉAD ICMS: 90825072-96

BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES EIRELI

Rua Graça Aranha, nº 875, Barracão 01 Sala B  
Vargem Grande - Pinhais - PR  
CEP 83.321-020

Em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a recorrente requer a desclassificação das empresas **MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS, SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS., ODONTOMED COMERCIO, CMED,** por terem ofertado equipamentos em desconformidade com o edital, vez que não pode a Administração Pública fixar no edital a forma e o modo de participação e no decorrer do procedimento afastar-se do estabelecido.

Portanto, os modelos dos equipamentos ofertados pelas empresas e os documentos pontuados no corpo do presente recurso apresentados pelas empresas **MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS, SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS., ODONTOMED COMERCIO, CMED,** não atendem as exigências mínimas do edital, pelos fatos e fundamentos supramencionados.

**IV - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA PARA A  
DESCCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DAS EMPRESAS  
MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS, SETEMOL  
EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS., ODONTOMED  
COMERCIO, CMED, DO PRESENTE CERTAME**

Vê-se, portanto, que as propostas comerciais das empresas **MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS, SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS., ODONTOMED COMERCIO, CMED,** foram apresentadas em evidente desacordo com as prescrições editalícias. Assim sendo, resta evidente que a proposta da empresa contestada merece sofrer obrigatória desclassificação





**34.680.592/0001-51**

CAD ICMS: 90825072-96

**BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES EIRELI**

Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 01 Sala B  
Vargem Grande - Pinhais - PR  
CEP 83.321-020

no presente certame face ao claro descumprimento da mesma às exigências do edital norteador desta licitação, sob pena de violação inquestionável aos princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, sob os quais deve pautar-se todo e qualquer procedimento licitatório.

Vejamos o que prescreve o art. 43 da Lei de 8.666/93, *in verbis*:

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

...

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital; ..."

Assim, utilizar-se de outros critérios ou modificar os já existentes implicaria em integral afronta ao imperioso princípio do julgamento objetivo.

Vejamos, então, o que diz o Professor Toshio Mukai, *in* O novo estatuto jurídico das licitações e contratos administrativos, p. 22.

"O princípio do julgamento objetivo exige que os critérios de apreciação venham prefixados, de modo objetivo, no instrumento convocatório, de tal modo que a



**34.680.592/0001-51**

**CAD ICMS: 90825072-96**

**BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES EIRELI**

**Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 01 Sala B  
Vargem Grande - Pinhais - PR  
CEP 83.321-020**

*comissão de julgamento reduza ao mínimo possível seu subjetivismo."*

No mesmo diapasão, vejamos o entendimento de Roberto Ribeiro Bazzili e Sandra Julien Miranda, in Licitação à Luz do Direito Positivo, p.56, ao dissertar sobre o julgamento objetivo nas licitações:

*"Finalmente, para a plena efetivação do princípio em comento o julgamento deve ser realizado com observância dos fatores exclusivamente previstos no ato convocatório. Não basta, pois, a fixação do critério de julgamento; é preciso, ainda, que sejam previstos os fatores que serão considerados no julgamento, ajustados aos fins almejados pela Administração Pública. Na atual Lei 8.666, de 1993, estes não estão elencados, devendo, pois, ser fixados no ato convocatório. Contudo, uma vez estipulados no ato convocatório, o julgamento dar-se-á unicamente de acordo com eles."*

Como visto, o julgamento das propostas não podem dissociar-se, em momento algum, dos critérios objetivos estabelecidos no edital, sob pena de desviar-se do julgamento objetivo.



**34.680.592/0001-51**

**CAD ICMS: 90825072-96**

**BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES EIRELI**

**Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 01 Sala B  
Vargem Grande – Pinhais – PR  
CEP 83.321-020**

Ora, o que almeja a empresa Recorrente é que este Ilustríssimo Pregoeiro realize julgamento das propostas em conformidade com os ditames editalícios, ou seja, requer a recorrente que este o Pregoeiro baseie sua decisão de acordo com os preceitos e condições constantes no ato convocatório desta licitação.

É neste tocante que incide precisamente o princípio da vinculação ao edital, o qual deve nortear todo e qualquer procedimento licitatório, conforme preconiza o art. 3º da Lei de Licitações. Os mesmos princípios foram contemplados no art. 5º do Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, que aprovou o regulamento federal para a modalidade de licitação denominada Pregão na forma Eletrônica, como se vê *in verbis*:

“Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.”





**34.680.592/0001-51**  
CAD ICMS: 90825072-96  
**BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES EIRELI**  
Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 01 Sala B  
Vargem Grande – Pinhais – PR  
CEP 83.321-020

Assim, por esses princípios, a Administração Pública (por meio do Pregoeiro e da Comissão de Licitação) e participantes do certame devem pautar as suas ações pelos termos do instrumento convocatório, ou seja, não podem agir, sob pena de violação à legislação vigente, nem além nem aquém do estabelecido no ato convocatório.

Aliás, uma faceta desse princípio encontra-se prevista no art. 41 da Lei de Licitações, ao prever que a Administração não pode deixar de atender às normas e condições do edital, posto achar-se plenamente vinculada ao mesmo. Vejamos:

“Art 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELO, em seu festejado Curso de Direito Administrativo, ratifica *in totum* esse posicionamento legal, ao asseverar que:

“O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame ...”<sup>3</sup>.



**34.680.592/0001-51**  
CAD ICMS: 90825072-96  
**BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES EIRELI**  
Rua Graça Aranha, nº 875, Brção 01 Sala B  
Vargem Grande – Pinhais – PR  
CEP 83.321-020

Nessa linha de raciocínio, admitir que a Administração não se obrigue a cumprir com o que está explicitamente disposto no edital, significa, em outras palavras, desrespeitar ou fulminar claramente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

A propósito, qualquer valoração, além do expressamente disposto no edital, importará na maculação ao referenciado princípio do julgamento objetivo, atribuindo-lhe conotação flagrantemente subjetiva.

Assim sendo, conforme a farta demonstração acima delineada, torna-se imperiosa a desclassificação das empresas **MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS, SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS., ODONTOMED COMERCIO, CMED,** no presente certame, face a comprovação do não atendimento de sua proposta aos termos do edital, sob pena de violação aos referenciados princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo.

#### **V - DO ENCAMINHAMENTO A JUNTA DE RECURSOS**

Subsidiariamente, caso a decisão recorrida não seja reformada, remeta o presente Recurso à apreciação da autoridade competente, nos termos do Art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93.

---

<sup>3</sup> MELO. Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** São Paulo: Malheiros, 1999, p. 379.



34.680.592/0001-51

CAD ICMS: 90825072-96

BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES EIRELI

Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 01 Sala B  
Vargem Grande - Pinhais - PR  
CEP 83.321-020

"Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

...

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade."<sup>4</sup>

Por fim, caso o procedimento não seja garantido pela Douta Comissão de Licitação, o presente recurso será encaminhado aos órgãos fiscalizadores.

## VI - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer que esse ilustre Pregoeiro se digne:

- a. O recebimento do presente recurso, tendo em vista que o prazo das razões recursais é tempestivo;
- b. Não obstante a Recorrente admita a competência e notório saber jurídico do Senhor Pregoeiro bem

---

<sup>4</sup> Lei 8.666/1993.





34.680.592/0001-51

CAD ICMS: 90825072-96

BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS  
HOSPITALARES EIRELI

Rua Graça Aranha, nº 875, Brcão 01 Sala B  
Vargem Grande – Pinhais – PR  
CEP 83.321-020

como da Equipe Técnica, *data venia*, requer-se a DESCLASSIFICAÇÃO das empresas **MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS**, **SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS.**, **ODONTOMED COMERCIO**, **CMED**, do presente certame tendo em vista as desconformidades apresentadas;

c. Seja dado provimento ao presente Recurso, pela Comissão de Licitação, a fim de promover a DESCLASSIFICAÇÃO das empresas **MUNDI EQUIPAMENTOS MEDICOS**, **SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS.**, **ODONTOMED COMERCIO**, **CMED**, dos itens 13, 14, 17 e 39 por ser um princípio de justiça;

d. Subsidiariamente, caso a decisão recorrida não seja reformada, remeta o presente Recurso à apreciação da autoridade competente, nos termos do Art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93;

e. Por fim, caso o procedimento não seja garantido pela Douta Comissão de Licitação, o presente recurso será encaminhado aos órgãos fiscalizadores.

Termos em que, pede deferimento.

Pinhais, 05 de abril de 2022.